

O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: a violência simbólica legitimada dos atores do Estado Brasileiro

Autor (Adolfo de Luna Matias); Co-autor (Fernanda Barbosa Ferreira); Co-autor (Calline Neves de Queiroz Claudino); Co-autor (Getúlio Pamplona de Sousa); Orientador (*Lemuel Dourado Guerra*)

(Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); petadolfo@gmail.com; fer.shinedown@gmail.com; callineq@gmail.com; getuliopamplona@hotmail.com; lenksguerra@yahoo.com)

INTRODUÇÃO

A questão social da seca sempre fora um assunto de grande discussão para o desenvolvimento da região nordeste do Brasil, e uma realidade enfrentada pelas populações dessa região. Essa questão depois de anos veio a se tornar parte da agenda governamental do Estado brasileiro, gerando medidas de política públicas como o Projeto de Integração do São Francisco (PISF), neste cenário a população que sofre pelos grandes períodos de estiagem tem tomado a obra como um elemento de esperança para solução dos entraves que a região passa. Neste âmbito, atores políticos do aparelho governamental do Estado tentam vincular a obra a sua imagem, criando uma imagem de grande líder ao vende a ideia de salvador da região, seria assim a obra um meio de violência simbólica legítima gerada por esses atores políticos?

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar se a obra tem se tornado de fato um meio de violência simbólica legítima cometida pelos atores políticos do Estado, e com objetivos específicos analisar os conceitos sobre Estado; políticas públicas; o PISF e a situação sua população alvo, bem como relacionar tais elementos para enfim observar se esta situação de violência simbólica legítima realmente está vinculada a obra.

METODOLOGIA

Na medida em que essa pesquisa se baseia em analisar se os atores políticos do Estado tem utilizado o PISF como meio de violência simbólica legítima, serão propostas uma gama de conceitos e informações acerca do Estado e seus elementos, bem como literaturas pertinentes as políticas públicas e também informações acerca da obra da transposição em questão, além da situação da região nordeste do Brasil com relação a questão social da seca e seus efeitos.

Além do aparato conceitual, a pesquisa conta com o conhecimento empírico pelo contato de visitas realizadas a campo nas regiões semiáridas no estado da Paraíba, nos municípios de Boqueirão e Monteiro, na quais foram

realizados contatos e entrevistas com moradores, agricultores e entidades públicas sobre a conjuntura tanto da questão social quanto da obra aqui analisada.

Portanto a pesquisa tem caráter de ser qualitativa pois pretende investigar cientificamente focando no caráter subjetivo do objeto aqui analisado, observando e interpretando as situações como elas se apresentam perante a realidade social. Após esse breve tópico dos aspectos metodológicos são demonstrando os resultados e discussões acerca do tema, e por fim as conclusões e o referencial teórico utilizados na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão sobre qualquer problema social a qual nossa sociedade esta imersa requer no primeiro momento, entender os mecanismos que levaram a tal condição, assim devemos entender primeiro qual é o pilar de sustentação do tipo de sociedade em que convivemos, assim “A instituição fundamental das sociedades civilizadas, antigas ou modernas, é o estado. Ele está localizado no cerne tanto das duas principais instituições político-territoriais da antiguidade – a cidade-estado e o império – como nos modernos estados-nação” (BRESSER – PEREIRA, p. 1. 2008).

Mas então o que é o Estado? Na concepção de Weber (2004) o Estado é uma comunidade humana que tem o monopólio legítimo do uso da força em um determinado território, mantendo certa relações poder e dominação entre os homens, mantendo certa ordem, porém a ordem não só advém da lógica de coerção física na medida em que compreendemos “que Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis — para designar uma espécie de *deus absconditus* — da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica assim como da violência física e simbólica” (BOURDIEU, p. 39. 2002), assim o Estado existe como uma forma de manutenção de ordem, a qual, nos consentimos ao seguir ainda mesmo que de forma questionável, pois o Estado na sociedade moderna se torna ubíquo, mesmo que conscientemente ou não, somos coagidos a permitir e legitimar sua presença e força no nosso cotidiano como sociedade.

A sua existência concreta como organização de dominação depende de uma estrutura organizada e distribuída de poderes entre os homens assim o estado como estrutura “é formado de políticos e burocratas e militares que tem o poder de legislar e tributar, e a própria ordem jurídica que é fruto dessa atividade (BRESSER-PERREIRA, p. 3. 2008), a justificativa dessa organização de poder funciona para Weber (2004) se dá pela presença do líder, seja ele um líder tradicional; carismático ou constitucional.

Estes são os homens políticos, que vivem sob a

estrutura burocrática do estado compondo uma organização de governo em um determinado território.

Segundo Muller e Surel (2002), seja qual for a forma conceitual que se veja o estado, sua presença é percebida pela sociedade através de suas ações públicas, na qual o estado toma é que faz sua presença ser percebido, sendo assim “dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos.” (MULLER; SUREL. p. 10. 2002).

Nesta perspectiva a política pública se torna importante na medida em que se gera uma questão sobre a qual a política possa agir, assim segundo Capella (2007) pelo modelo de *multiple stream* (múltiplos fluxos) a política pública passa a compor a agenda de políticas do governo, considerando meios de formular alternativas a política, posteriormente as escolhas decisórios e a partir disso se dá a implementação da política.

Desta forma, com uma questão social que fora considerada importante para compor a agenda governamental até a sua implementação, o problema da seca na região semiárida em quase totalidade na região nordeste se apresenta ao Estado brasileiro há anos, como meio de alternativa a essa questão, o Estado por meio do seu aparelho burocrático do governo criou a política do “Projeto de Integração do Rio São Francisco” (PISF). Segundo o Ministério da Integração Nacional (2017) sob atuação da Agência Nacional das Águas (ANA)¹ o PISF, integrando a bacia do Rio São Francisco as bacias dos rios que estão nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará através de dois eixos - norte e leste - objetivando até o ano de 2025, o benefício de mais de 12 milhões de pessoas residentes em 390 cidades, distribuídas nesses estados, gerando oportunidades de emprego e renda, inclusão social através do fornecimento dos recursos hídricos para o consumo humano, agropecuário e industrial.

Essa obra para as populações da região semiárida tornou-se um motivo de esperança, principalmente nos últimos anos devido a uma longa escassez de chuvas, segundo o Ministério da Integração Nacional² a seca que a região enfrenta é a maior em 100 anos, atingindo estado de calamidade em 80% das cidades da região.

As consequência desse período de estiagem são baixa qualidade da terra, vegetação seca e morta, níveis alarmantes das bacias dos rios, o que causa a morte de animais das

¹ Todas as informações, documentos e materiais do projeto se encontram disponíveis no portal da ANA. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/pisf.aspx>> Acesso em: 13 jun. 2017.

² Informações disponíveis em: <http://mi.gov.br/web/guest/ultimas-noticias/-/asset_publisher/ZSVIyvx09vib/content/governo-federal-antecipa-o-repasse-de-r-230-milhoes-para-obras-hidricas-no-nordeste?inheritRedirect=false> Acesso em:

culturas pecuaristas, baixa produtividade agrícola, gerando prejuízos no desenvolvimento socioeconômico da região, além da subnutrição e péssimas condições de hidratação pela falta de água, gerando problemas de saúde a população. A realidade empírica do sofrimento das populações transcende sobre os números divulgados pelo governo sobre essa situação. Em visitas as regiões dos municípios da Paraíba, afetados por essa situação, é possível confirmar tais condições, além do que no documentário “A pior seca dos últimos 100 anos do nordeste” realizada pelo Profissão Repórter³ (2017), que demonstra a situação de calamidade enfrentada nas regiões semiáridas do nordeste, e como motivo de esperança para essas populações a chegada das águas do rio São Francisco nas bacias do eixo leste na Paraíba.

O trecho leste teve sua obra inaugurada pela comitiva governamental – com discursos sobre a realização PISF - no primeiro semestre do de 2017, período que situação dos rios encontravam-se abaixo do “nível morto”, um exemplo é a bacia do açude Epitácio Pessoa que atende a mais de 1,5 milhões de pessoas, chegou ao total de 2,91% de sua capacidade⁴ preocupando o governo que já possui pouca popularidade na região. Após a inauguração oficial do governo, outra comitiva composta pelos políticos opositores ao governo realizaram discursos sobre a vinculação do PISF a suas ações passadas, esse acontecimento que ficou conhecido como a busca pelo “Pai da transposição” pode ser vista como uma disputa entre homens políticos. Para Barreto e Santos (2017) toda a conjuntura entorno do projeto é normal pela carência da região em recursos hídricos, e assim uma população muito carente que necessita de assistência imediata, o que garante um número de eleitores satisfatórios para os políticos, assim “Todo mundo quer ser o pai da criança. A importância histórica e política da obra está sendo reduzida a uma conjuntura eleitoral. Quantas caravanas vamos ter na região da transposição? Como as obras vão aparecer nos guias eleitorais do futuro próximo?” (BARRETO; SANTOS, 2017).

Essa relação de disputas pode ser vista pelo que Weber (2004) constata como uma relação de disputa por poderes entre homens políticos dentro do Estado na busca pelo poder, através da figura de um líder carismático, assim o PISF nesse aspecto passa a representar um sinal de esperança oriundo de um líder para a solução dos problemas da população, ou seja, o PISF é um meio de violência simbólica legitimada, na medida em que torna-se como denomina Muller e Surel (2002) de forma sutil uma “expressão do poder público”, buscando

³ Para visualização do documentário na íntegra o acesso é gratuito no portal da emissora. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dos-ultimos-cem-anos.html>> Acesso em: 01 jul. 2017.

⁴ Dados oficiais da Agência Executiva de Gestão das Águas (AESAs). Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/>> Acesso em: 16 jun. 2017.

resolver o problema de uma região com problema profundo e complexo resumida na palavra “seca” e ainda composta por uma população sob condições diversificadas com algum grau de demanda disperso, isso mesmo que o projeto tenha gênese e efeitos dissimétricos. Isto é, o PISF torna-se o maior (se não dá crença divina o “único”) símbolo de esperança para os “beneficiários ou vítimas” da política, que são legitimamente coagidos a aceitar a obra como seu meio de salvação, pelos atores políticos do Estado.

CONCLUSÕES

O Estado como fenômeno dos últimos séculos na sociedade, demonstrou ser um aparelho institucional capaz de dar ordem social, sendo um elemento ubíquo na vida contemporânea, tornando-se o detentor monopolista da violência simbólica legítima e tendo sua presença percebida por suas ações tais como a política pública para resolver uma questão social que se instaura na agenda do governo, aparelho burocrático do Estado. Tal como a situação da escassez de recursos hídricos pela região nordeste, que sempre teve seu desenvolvimento prejudicado pela escassez de água além da necessidade da população pelo consumo de água em uso geral.

Como alternativa a essa questão o governo por meio do PISF coloca a obra como uma solução a esses problemas na região, criando o imaginário de esperança para a população afetadas pela seca. Com a inauguração do trecho leste no primeiro semestre de 2017 entre o estado de Pernambuco e Paraíba, os atores políticos do Estado vem tentando vincular a obra a sua imagem, com interesses dissimétricos aos afetados pelas estruturas ali presentes, entregando o PISF como o símbolo de esperança para os problemas, tornando a obra um meio de violência simbólica legitimada pela população que não consegue ver ou que não tem meios de lutar por caminho para a mudança da sua realidade.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, T. V; SANTOS, G. **Transposição do rio São Francisco: uma obra e muitos “pais”**. 2017. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2017/03/09/transposicao-do-rio-sao-francisco-uma-obra-e-muitos-pais-273596.php>> Acesso em: 14 jun. 2017.
- BOURDIEU, P. **Sobre o estado**. ed. 1. São Paulo. 29-53, 2002. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/20646301/sobre-o-estado-bourdieu-pierre>> Acesso em 18 mar. 2017.
- BRESSER – PEREIRA. L. C. **Nação, estado e estado-nação**. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2017.
- CAPELLA, A. C. Perspectivas Teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOVHMAN, H. ARRETCHE, M. MARQUES, E (Orgs). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2007.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Agência Nacional de Águas (ANA). **Projeto de integração do rio São Francisco - PISF** 2017. Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/pisf.aspx>> Acesso em: 07 jul. 2017.
- MULLER, P; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, p. 156. 2002. Disponível em: <<http://www.abavaresco.com.br/images/stories/0203.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2017.
- WEBER, M. **A política como vocação**. IN: Economia e sociedade cap. IV. 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.08.Weber,A_politica.pdf> Acesso em 18 mar. 2017.
- TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Bahia: AATR. 2002. Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2017.